

A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROFESSORES: DO ACTUAL CONFLITO ÀS ALTERNATIVAS

JORGE MARTINS | PROFESSOR DO ENSINO SECUNDÁRIO NO PORTO E INVESTIGADOR NA FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UP

O conflito em torno da avaliação do desempenho dos professores criou uma desestabilização nas escolas que não se pode prolongar, sob pena dos seus nefastos efeitos se tornarem irreversíveis. Este texto procura chamar a atenção para a natureza política da questão e sugerir algumas propostas para o seu desbloqueamento.

SECUNDARIZADAS QUE FORAM AS RAZÕES técnicas, as questões que hoje se colocam são do âmbito da política educativa e, por isso, só encontrarão resolução no quadro político.

O cariz político da questão explicita-se nas acusações de que são alvo os professores. As mais significativas (“os professores não querem ser avaliados por este modelo nem por qualquer outro”, “não querem respeitar o trabalho já realizado por muitas escolas”, “os sindicatos não querem cumprir o Acordo de Entendimento de Abril”, “os professores estão a ser manipulados pelos partidos políticos da oposição”) são falsas, revelam o cerco social e moral montado aos professores e contribuem para o aumento da desconfiança dos portugueses na escola pública. Também contribuem para o descrédito das funções

docentes, para a desconsideração do trabalho colaborativo que caracteriza a profissão e para a menorização da sua componente pedagógica.

Por outro lado, aquelas acusações têm como resultado pôr escolas contra escolas, dividindo-as em “boas” (as que supostamente querem levar o processo por diante) e “más” (as que não se conformam com a continuação desse processo), o que leva os pais a desconfiar das segundas e a acreditar nas primeiras. Enquanto nestas existiria ordem, autoridade, eficácia e respeito pelos dirigentes, nas outras dominaria a anarquia, a falta de responsabilidade e uma gestão incapaz. Ou seja, o argumento abre irremediavelmente a porta à transferência de alunos das escolas “más” para as “boas” ou para as privadas. O Compromisso Portugal só tem que agradecer este trabalho preparatório de um promissor mercado educativo.

A enorme adesão à greve de 3 de Dezembro veio provar que quem não admitia as cedências do Entendimento eram os professores e que o cálculo dos acusadores sobre o isolamento das direcções sindicais estava errado. O êxito da greve só é explicável no contexto de um profundo mal-estar de toda uma classe profissional.

Aliás, o que a realidade da greve demonstrou é que os professores não se deixaram manipular pelas diversas pressões políticas de que foram alvo. De facto, não foram os professores que se deixaram manipular pelos partidos, mas estes que tentaram atrelar-se ao descontentamento para daí tirarem proveitos eleitorais.

Na verdade, embora com objectivos distintos e, nal-

guns casos, até opostos, todos os partidos sem excepção se pronunciaram sobre o processo, sobre o conflito e sobre as soluções. Alguns foram mudando de opinião, a reboque dos acontecimentos, outros procuraram desmobilizar os seus militantes e outros ainda diabolizaram os movimentos autónomos dos professores.

Assim, o argumento da manipulação acabou por contribuir para a desconfiança de toda uma classe relativamente aos seus legítimos representantes políticos.

A democracia representativa ficou mais pobre.

O QUE É PRIORITÁRIO FAZER NA EDUCAÇÃO?

1. PACIFICAR O SECTOR OUVINDO OS PROFESSORES E VALORIZANDO O SEU PAPEL.

Para isso é necessário restabelecer a confiança entre as partes e iniciar um diálogo sem condições prévias que reconheça as razões de fundo da actual crise.

A primeira razão de fundo, nunca assumida pelo governo, é que este modelo de avaliação, mais do que melhorar a qualidade do serviço público educativo, destinava-se a implementar as alterações ao Estatuto da Carreira Docente que não dignificam a profissão nem melhoram a prestação das escolas.

A segunda razão é que estas alterações visam, de forma economicista, emagrecer em dois terços, o con-

tingente de professores com vínculo funcional e remuneratório estável. Só um terço dos actuais professores, aqueles a quem o estatuto confere a categoria de titulares, é que passa a ser contabilizado para efeito de despesas permanentes necessárias (mas não suficientes) ao funcionamento do sistema. Os outros dois terços, na medida em que dependem de um contrato de trabalho renovável ou não, representam despesas variáveis, geríveis de acordo com as políticas orçamentais de redução ou crescimento do défice que a União Europeia possa impor ao país.

A terceira razão prende-se com uma carreira que impõe uma divisão artificial entre professores e professores titulares. Não faz sentido, entre as várias disposições adoptadas, considerar que o currículo dos professores se resume aos últimos sete anos de actividade ou que os melhores professores (os titulares) são os que exerceram cargos de administração escolar durante esse tempo.

A quarta razão tem ver com o modelo original de avaliação e com o processo burocrático da sua implementação. Quer o modelo, quer o processo, enfermam de graves erros técnicos, de contradições e de equívocos que já foram, por demais, denunciados. Os professores querem ser avaliados através de um processo que reconheçam como justo, transparente e exequível. Ora, repensar o modelo exige tempo, experimentação e cuidada generalização.

Assim, para restabelecer o diálogo e a confiança entre as partes, importa suspender a aplicação do Estatuto e o processo de avaliação, acordando disposições legais transitórias, ou ripristinando, se necessário, a legislação anterior, para resolver casos urgentes.

Só ouvindo os professores e as escolas, sem pressas

injustificadas, será possível iniciar a discussão pública de um novo Estatuto e de um novo modelo de avaliação e estabelecer calendários de elaboração, de execução e de avaliação acordados entre as partes.

2. RESTABELECEMOS A CONFIANÇA SOCIAL NAS ESCOLAS E NOS PROFESSORES

Isto significa pôr acima de quaisquer outros intervenientes os alunos e centrar neles toda a actividade escolar. É necessário, por isso, continuar o combate pela inclusão e pelo êxito escolar de todos, em especial daqueles que já são marcados pelas desigualdades sociais ou pelas incapacidades do foro pessoal.

Combater o insucesso escolar não pode significar o facilitismo e a passividade perante as inúmeras dificuldades escolares que hoje marcam o quotidiano dos professores. Não pode haver tolerância face à indisciplina, à falta de respeito, à violência, à ausência de valores éticos e princípios que regulam a vida das escolas, venham eles de onde vierem (dos alunos, das famílias, dos professores). Não pode haver resignação nos professores, nos autarcas e nos pais perante os números do insucesso, do abandono escolar precoce e das saídas antecipadas, mas também não pode haver complacência para com orientações que possam redundar no enfraquecimento da qualidade do ensino e das aprendizagens, dos programas e dos currículos, dos exames, das classificações e dos diplomas.

A escola pública, mais do que uma instituição onde naturalmente se prestam serviços sócio-educativos e se acolhem, em segurança, crianças e jovens de todos os extractos sociais, é um lugar onde obrigatoriamente

se ensina e aprende, onde se motiva e descobre, onde se explica e compreende, onde se impõe e obedece. Tem que ser, por isso, um lugar exigente no respeito pelas regras do seu funcionamento e pelos papéis sociais dos seus diversos actores, em particular dos professores e alunos.

Restabelecer a confiança social na escola pública (e nos professores) implica, então, reforçar-lhe as características que a identificam como instituição de suporte da própria democracia: a autonomia, a prestação pública de contas, a prevalência do pedagógico sobre o administrativo, a singularidade do seu projecto e dos seus alunos, da “cultura de escola” e da sua acção num contexto que lhe é próprio.

Assim, importa retomar e desenvolver os contratos de autonomia tripartidos (escola, autarquia, administração educativa) e criar mecanismos de monitorização de cada contrato como forma de envolvimento das comunidades na vida educativa local e de responsabilização social crescente sobre a qualidade do serviço prestado.

Importa, ao mesmo tempo, reforçar, no âmbito da gestão e administração escolar, as funções dos professores. Por isso é que a avaliação destes profissionais deve ser centrada sobre a sua actividade na sala de aula, deve ter uma componente formativa, deve ser concursal e tem que ser insuspeita de servir outros interesses que não sejam a melhoria da qualidade.

3. AUMENTAR A RESPONSABILIDADE SOCIAL SOBRE AS ESCOLAS PÚBLICAS

Em grande parte das localidades, as escolas representam o único serviço público onde se concentram competências, recursos, equipamentos e espaços que hoje são indispensáveis na

vida das respectivas comunidades. As escolas constituem espaços onde se deve aprender e praticar a cidadania democrática, o respeito pela diferença, a observância das regras, o valor do trabalho e da criatividade.

As comunidades locais reconhecem nas escolas um bem que, sendo pago por todos, deve estar ao seu serviço e ao serviço do desenvolvimento pessoal de cada um dos seus membros. A escola pública pertence-lhes. Isto significa que as comunidades locais, através das famílias, das associações de pais e das autarquias, são também responsáveis pelo cumprimento da missão das suas escolas.

Se as autarquias têm um papel determinante na qualificação dos sistemas educativos locais, são sobretudo os pais e adultos encarregados de educação que têm que assumir a sua parte de responsabilidade na dignificação do trabalho dos professores, na preservação de instalações e equipamentos, no cumprimento dos deveres de frequência, de assiduidade e de pontualidade e na resolução dos problemas do dia-a-dia. Mais do que “clientes” do serviço público educativo, têm que se constituir como parceiros e aliados das escolas, como os primeiros modelos de responsabilidade cívica junto dos seus educandos. A sua capacidade de crítica não pode, nunca, confundir-se com atitudes de violência, de intolerância e de desrespeito face à escola e aos professores.

Nesta medida, é preciso rever a legislação que regula a criação e o funcionamento das associações de pais, no sentido da defesa dos seus direitos e deveres, mas intervindo também ao nível do escrutínio regular da sua representatividade e funções junto das famílias.

Por outro lado importa completar o processo de transferência de competências e recursos financeiros para os municípios, acompanhando-o de dispositivos

de avaliação e observação do modo como se desenvolve a responsabilidade social em matéria de educação. Às autarquias, pela sua proximidade e conhecimento concreto do território, deve caber o papel de garante da harmonização das medidas de apoio social escolar com as de combate às desigualdades, nomeadamente no que respeita ao rendimento social de inserção, ao salário mínimo e ao subsídio de desemprego.

4. REVALORIZAR O ESPAÇO-AULA E O TRABALHO DOCENTE

Não devem existir confusões sobre a importância educativa dos vários espaços escolares: é nas salas de aula que acontece o essencial do acto de ensinar e aprender. É nesse espaço-tempo que os professores e os alunos assumem o seu ofício e desempenham as suas funções.

Por isso, sem deixar de se reconhecer a grande importância dos outros espaços escolares (recreios, bibliotecas, refeitórios, etc.) é nesse espaço que se devem concentrar os esforços de melhoria da qualidade da educação e do serviço público das escolas.

Se o conforto, o mobiliário e o equipamento desses espaços constituem hoje condições necessárias para ensinar e aprender, só por si, essas condições não são suficientes. Os esforços de melhoria devem ser dirigidos para o trabalho insubstituível do professor e para a relação que estabelece com os alunos e, por isso, devem privilegiar a formação integral e contínua (científica, pedagógica, didáctica) dos docentes e acautelar as condições para aprendizagens individuais activas e motivadas. É prioritariamente nestes domínios que a avaliação dos professores deve incidir.

Assim, importa rever o número de alunos por turma, em função dos anos de escolaridade, mas também das disciplinas; importa avaliar os benefícios e os prejuízos do actual tempo de duração das aulas e da actual distribuição da carga horária (diária e disciplinar) e instituir a regra da observação/coadjuvação de aulas como dimensão do processo de formação contínua, de cooperação entre docentes e de avaliação dos próprios professores.